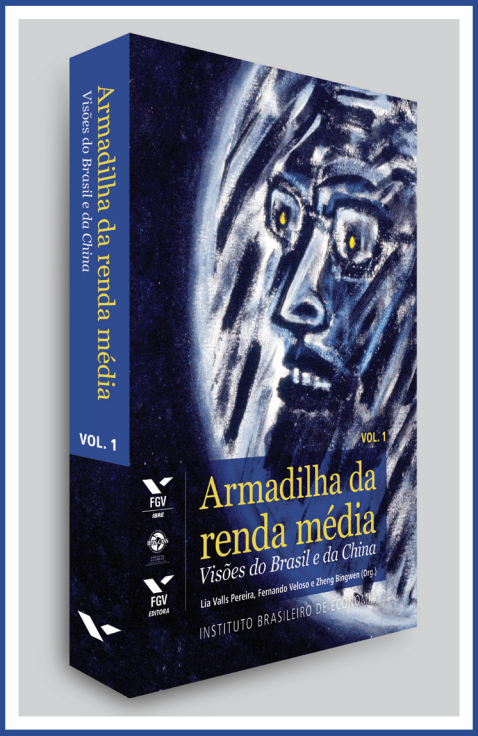
VISÕES
Brasil e China

Luiz Guilherme Schymura
Diretor do IBRE/FGV

Brasil e China, incluídos no grupo dos Brics (que conta ainda com Rússia, Índia e, dependendo do critério, África do Sul), são dois países emergentes que chamam a atenção tanto pelo que têm em comum, o que não é muito, quanto por suas marcantes diferenças. A principal semelhança é o fato de serem duas grandes economias — a China, evidentemente, maior. Além disso, são dois atores relevantes na geopolítica global, que não podem ser ignorados por empresas, governos e instituições em geral, quando se pensa em uma estratégia global.

As diferenças entre Brasil e China, por outro lado, são inúmeras. De um lado, está um país latino-americano, de raízes europeias, africanas e ameríndias, com uma história de cinco séculos, e hoje uma democracia em pleno funcionamento, com todas as liberdades, ruídos e dificuldades típicas de um país onde o poder se exerce com muitas limitações e contrapesos. Do outro, uma civilização oriental milenar, que passou pela experiência do socialismo real, com a economia centralmente planificada, mas cujo partido único introduziu mecanismos capitalistas e de mercado que levaram ao mais impressionante surto de crescimento da história humana.



A parceria entre o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV) e o Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais da China (Ilas/CASS) é uma aposta em que novas reflexões podem surgir a partir das experiências de cada um dos países, de modo a auxiliar nas proposições de caminhos para os desafios enfrentados por ambos os países. É evidente que isso não se traduz na aplicação mecânica das soluções do parceiro, uma vez que China e Brasil são países com modelos socioeconômicos e políticos muito diferentes. Mas, talvez, até por se situarem algumas vezes em polos opostos, as duas nações podem se olhar mutuamente para avaliar até que ponto podem corrigir os excessos dos seus respectivos modelos.

O Brasil, em particular, pode extrair dessa relação o entendimento de como a China conseguiu se transformar numa plataforma de exportação diversificada. Evidentemente, muitos aspectos do modelo chinês são inimitáveis, a começar pelas suas altíssimas taxas de poupança e investimento. Ainda assim, seria interessante compreender como o país executa suas iniciativas de política industrial voltadas à exportação, que necessariamente envolvem a escolha de setores a beneficiar.

Esse é um tema delicado no Brasil, onde a experiência passada com políticas industriais mais voltadas à substituição de importações, apesar de terem contribuído para industrializar o país, fazem parte das causas dos desequilíbrios econômicos que levaram à longa fase de baixo crescimento a partir do início dos anos 80. É claro que o sistema politicamente centralizado da China favorece a tomada de decisões, mas, dado o sucesso na diversificação industrial e da pauta exportadora, é de se supor que haja uma burocracia atuante e bem organizada na condução da política industrial, e que as escolhas setoriais tenham uma séria base técnica. O Brasil, que volta a experimentar o fomento a setores específicos, teria bastante a aprender com a experiência chinesa.

Outra área em que a China claramente aponta caminhos interessantes é o do investimento em infraestrutura. O país assombra o mundo com a velocidade fantástica com que vem construindo rodovias, ferrovias, portos, barragens, redes de telecomunicação, residências e até cidades quase que inteiramente novas. Em contraste, o Brasil tem grande dificuldade para deslanchar seus projetos de infraestrutura, como fica claro na lenta implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas idas e vindas no desenho do arcabouço institucional das concessões à iniciativa privada.

Como no caso da política industrial, seria ingênuo imaginar que a experiência chinesa possa ser automaticamente transplantada para o ambiente brasileiro. Neste último, temas como a proteção ao meio ambiente, o combate à

atuação de grupos organizados que não gostariam de ver seus interesses contrariados ou os direitos de populações mal assistidas, são altamente sensíveis, mas sem que se tenha sedimentado ainda uma institucionalidade que racionalmente os leve em consideração. Dessa forma, a acomodação desses direitos e interesses muitas vezes se faz ao custo de atrasar fortemente ou mesmo impedir a execução dos grandes projetos de infraestrutura. Ainda assim, é provável que a China tenha o que sugerir ao Brasil nessa área, novamente em termos da capacitação das estruturas burocráticas para formular e executar volumosos investimentos de longo prazo.

Mas não é só o Brasil que pode aprender com seu parceiro oriental. Os chineses também têm muito a ganhar com o exame do modelo de inclusão social brasileiro. O seu sucesso se manifesta no alto grau de aprovação popular aos últimos governos. Estes, beneficiados pelo fim da instabilidade econômica que consumiu toda a energia política das autoridades num momento anterior, puderam se dedicar a políticas de distribuição de renda e voltadas para a reparação do complexo quadro de injustiças acumulado ao longo da história brasileira.

A China vive hoje precisamente o momento da sua evolução institucional em que o estabelecimento de uma rede de seguridade e proteção social parece fazer sentido tanto do ponto de vista político como econômico.

Dessa forma, especialmente no que condiz à previdência e aos programas de transferência, o Brasil deve ser um caso muito interessante para as autoridades chinesas. Em termos previdenciários, o Brasil com certeza tem um dos sistemas mais amplos e generosos do mundo emergente. As transferências de renda, por outro lado, principalmente no caso do Bolsa Família, são um exemplo mundial de sucesso, em termos de eficiência e de focalização no público-alvo. Por outro lado, a experiência brasileira pode mostrar aos chineses o *trade-off* entre inclusão e crescimento acelerado, que certamente é muito menor do que se acreditava na época do nosso milagre econômico, mas nem por isso inexistente.

De forma geral, o amplo movimento de inclusão social e de reconhecimento de direitos a partir da Constituição de 1988 fornece à China um exemplo de como, para além do crescimento econômico, a estabilidade política também se apoia fortemente na capacidade de as autoridades reagirem às demandas por justiça de boa parte da sociedade. Nesse sentido, o Brasil pós-redemocratização é um mapa riquíssimo das interações entre inclusão, economia e política.

Fica claro, portanto, que Brasil e China têm muito a ganhar com o aprofundamento das suas relações, não só em termos de comércio e investimentos, mas também na troca de conhecimento e experiências. Este livro terá cumprido a sua função se for um primeiro passo nessa direção, a ser seguido, com certeza, de muitas outras iniciativas por parte não só do IBRE/FGV e do Ilas/CASS, mas de todos os que enxergam o rico potencial da parceria sino-brasileira.

Com o intuito de aprofundar essas reflexões, o grande tema subjacente a todos os artigos do livro é a chamada "armadilha da renda média", caracterizada pelo fato de que há muito mais transições de países da pobreza para o estágio intermediário de desenvolvimento do que deste para o nível das nações mais adiantadas. Esse é um tema muito polêmico, e mesmo a ideia de que haja de fato "uma armadilha da renda média" é contestada por alguns autores. De qualquer forma, no caso de China e Brasil, que estão no estágio de renda média e ambicionam galgar ao nível do primeiro mundo como afirmação definitiva do seu protagonismo na cena global, o desafio do salto do escalão intermediário para o pelotão da frente é um ótimo ponto de partida para a discussão e a análise.

Brasil e China têm muito a ganhar com o aprofundamento das suas relações, não só em termos de comércio e investimentos, mas também na troca de conhecimento e experiências

No volume brasileiro, que cabe ao IBRE/FGV, cada um dos 12 capítulos — produzidos por um ou mais autores — dedicou-se a um tópico específico, como educação, meio ambiente, desigualdade, previdência, inovação, poupança, sistema financeiro etc. A ideia é apontar como cada um desses desafios e questões vêm sendo abordados na presente realidade brasileira, e, sob a ótica econômica, formular algumas recomendações sobre os caminhos a trilhar. Nem todas as propostas seriam implementáveis a curto e médio prazo, mas com certeza deveriam estar no radar dos formuladores de políticas públicas, como possibilidades para o futuro.

O livro conta também com um segundo volume, editado pelo prof. Zheng Bingwen, do Ilas/CASS, composto de 11 capítulos que cobrem temas similares, mas no contexto chinês. Este volume apresenta, portanto, a visão de pesquisadores chineses sobre o milagre do crescimento econômico do seu país e os desafios para a superação da armadilha da renda média na China.

O texto acima reproduz o prefácio do livro *Armadilha da renda média — Visões do Brasil e da China*.